



## **RELATÓRIO SOBRE ETIQUETAMENTO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA ADOLESCENTES QUE CUMPREM OU CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

“Após anos de magistério, a escola transformou você num indiferente. Com o passar do tempo o desencanto tomou conta da sua vida. A escola e os anos de prática docente te transformaram num operário. Anos e anos acreditando que você estava fazendo algo de significativo, mas vieram outros anos e anos e soterraram suas expectativas. A precariedade da escola venceu, e você estava cansado.”  
— Jeferson Tenório, [O avesso da pele](#)

### **PARTE 1 – DA COSULTA AOS SERVIÇOS DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

#### **1 – Do objeto do mapeamento**

Trata-se de mapeamento promovido pela Defensoria Pública de São Paulo para identificar situações de violência institucional envolvendo adolescentes que cumprem ou em cumpriram medida socioeducativa no ambiente escolar.

Foram coletados dados entre 11 de janeiro de 2024 e 26 de março de 2024, através de formulário *Microsoft Forms*, divulgado entre os serviços de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no estado de São Paulo.

Os serviços localizados na capital foram informados do formulário por e-mail, cujos dados foram obtidos após levantamento realizado pelo CAM da Unidade Infância e Juventude da Defensoria Pública.

Os serviços localizados no interior e região metropolitana foram informados por e-mail, cujos dados foram obtidos através do sistema PMASWEB, da Secretaria Estadual de



Desenvolvimento Social. Entretanto, o contato com algumas cidades não foi possível, em razão de dados desatualizados nesse sistema.

O formulário foi nomeado “Racismo e Preconceito nas escolas” e tinha o seguinte texto introdutório:

*O presente formulário visa colher junto aos serviços de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto notícias de violência institucional cometidas contra estudantes das redes estadual e municipais de ensino, envolvendo racismo, lgbtfobia ou preconceito envolvendo o cumprimento de medidas socioeducativas. O objetivo é levantar casos de violências dessa natureza, identificando escolas e regiões em que são mais frequentes. Ressaltamos que as informações prestadas tem caráter sigiloso, sendo preservadas identidade de vítimas e denunciante.*

As três primeiras perguntas serviam para identificar a escola em que a violência institucional<sup>1</sup> ocorreu, sendo que o formulário foi pensado para que fossem apresentadas situações individuais. Entretanto, alguns respondentes indicaram violações contra vários adolescentes ou várias escolas no mesmo formulário. Questionou-se, assim, em qual escola houve a violência, qual a diretoria de ensino vinculada e se a rede vinculada era estadual ou municipal.

A quarta questão perguntava como a violência poderia ser classificada, sendo essas as opções: racismo, lgbtfobia, capacitismo, preconceito em razão de cumprimento atual ou anterior de medida socioeducativa. Também existiu uma opção em aberto para que outros tipos de atos violadores fossem descritos.

A quinta questão questionava sobre a forma da violência: por agressões físicas, verbais, exposição pública, segregação em espaços comuns, mensagens escritas/virtuais e com uma opção em aberto para outras formas não sugeridas.

Questionou-se se a agressão/discriminação era isolada ou recorrente e se atingia apenas o adolescente, se havia notícias de atos violadores contra outros adolescentes ou contra grupos específicos (de um bairro determinado, egressos do sistema socioeducativo, etc). Perguntou-se ainda se tais atos atingiam a família, sejam irmãos que frequentam a mesma escola ou todo o grupo familiar.

---

<sup>1</sup> A violência institucional, segundo [Cecília Minayo](https://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-10.pdf), refere-se ao uso de poder e práticas de instituições (públicas ou privadas) que causam danos físicos, psicológicos ou sociais às pessoas, muitas vezes de forma sutil ou velada. Minayo destaca que essa violência pode se manifestar tanto em ações explícitas quanto em omissões, e que ela está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais e estruturais presentes na sociedade. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-10.pdf>. Acesso em 21.08.2025. Importante apontar que, ao longo desta avaliação, quando lido o termo violência estará dentro deste contexto de violência institucional.



A nona questão dizia respeito a quem esteve envolvido na violência, sendo sugeridas as seguintes opções: direção; coordenação pedagógica; professores; outros trabalhadores; outros estudantes e uma opção em aberto.

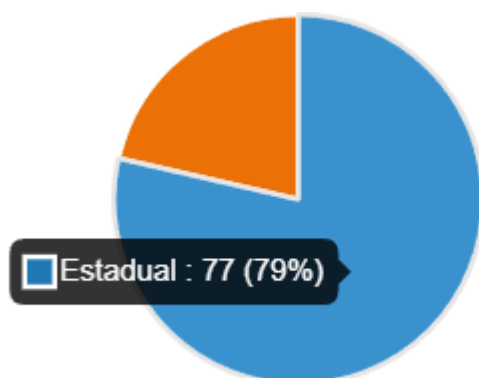
Questionou-se, ainda, se houve transferência escolar. E, em caso positivo, se por determinação da escola ou desejo do aluno ou sua família e se os fatos afetaram a frequência escolar do aluno, com a possibilidade de indicar se houve diminuição da frequência ou evasão escolar.

Por fim, de forma aberta, houve um espaço para que fossem relatadas informações sobre o bem-estar do adolescente após o fato e quais órgãos foram informados da violência e se houve alguma notícia de providência.

Foram apresentadas 113 respostas. Algumas, no entanto, foram manifestações dos serviços indicando que não havia tal tipo de violação. Excluídas essas respostas, foram consideradas 98 respostas.

## **2 – Do resumo dos resultados**

Conforme gráficos gerados automaticamente pelo *Microsoft Forms*, a maioria das escolas em que há notícia de violência são as estaduais. 77 respostas indicaram escolas estaduais e 21 municipais.

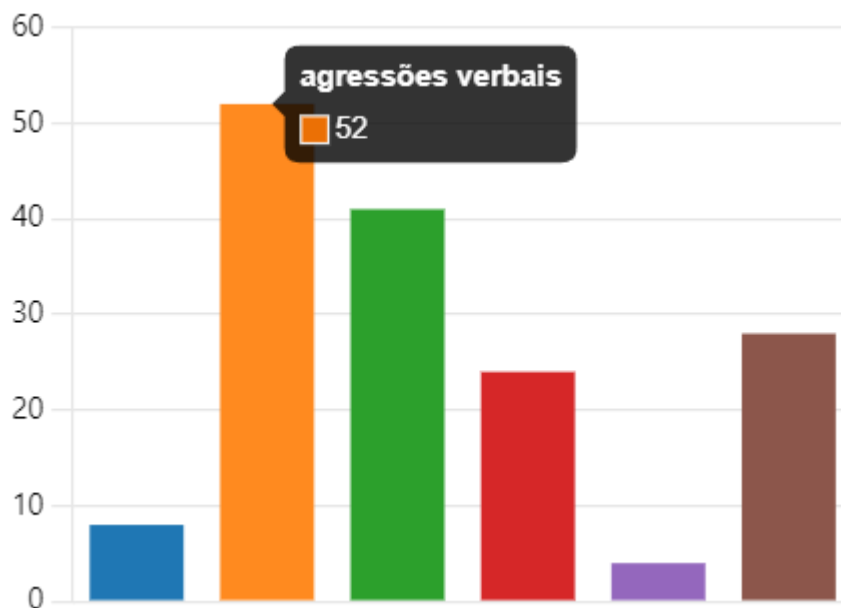


Sobre a classificação da violência, a maioria indicou que havia algum tipo de preconceito em razão do cumprimento de medidas socioeducativas (73 respostas). 34 indicaram que houve racismo. Um número significativo de respostas também apontou capacitismo (10).



Sobre a forma das violências, a maioria das respostas (52) dizem respeito a agressões verbais. As outras duas com maior incidência são segregação nos espaços comuns (24).

Há 8 questionários indicando agressões físicas. Na análise dos dados tabelados fornecidos pelo *Microsoft Forms*, a maioria diz respeito a agressões praticadas por outros estudantes. Há duas respostas, no entanto, que citam como agressores apenas professores e direção.



Chama a atenção a recorrência de respostas, indicadas na categoria outras, sobre as dificuldades em realizar matrícula (apontadas com diferentes termos) na unidade escolar.

66% dos respondentes apontaram que as violências institucionais ocorrem de forma recorrente. Apenas 33 respostas indicam que os fatos foram isolados. A maioria dos casos não está restrita a apenas um adolescente. 41 respostas apontaram que há notícias de violências institucionais com outros adolescentes e 24 respostas apontaram que estas violências eram dirigidas a grupos específicos.

Por outro lado, 62 respostas apontam que a violência institucional atinge apenas o adolescente, não se estendendo à família. Apenas 4 apontaram que há violência institucional estendida ao grupo de irmãos e 32 indicaram que envolve todo o grupo familiar.



Sobre quem estava envolvido na violência, a maioria das respostas (63) aponta a direção escolar. 36 indicam que houve violência institucional praticada pela coordenação pedagógica. 32 por professores. 28 por outros trabalhadores e 27 por outros estudantes.

60 respostas apontaram que não houve transferência escolar. 19 respostas apontaram que a transferência ocorreu por determinação da escola e 19 por desejo do aluno ou sua família.

80 respostas indicaram informações sobre o bem-estar dos adolescentes após o fato. Alguns respondentes utilizaram o espaço para dar mais detalhes sobre as violências. Algumas respostas mostram o quão graves são os efeitos da violência institucional.

A resposta a um dos formulários indica que: “Após o episódio, o adolescente mudou de escola, entretanto teve crises de pânico ao sair de casa e não conseguiu aderir as atividades estudantis.”

Outro questionário aponta como as violências contra adolescentes no sistema socioeducativo contribuem para a evasão escolar: “O adolescente conserva-se sem retomar aos estudos, desde o ocorrido na unidade escolar. O adolescente relata que gostava do âmbito escolar, que desde sua infância estudava na escola e que compreendeu que quando atribuído ato infracional foi realizado a expulsão velada.”

As agressões, inclusive, também são direcionadas aos trabalhadores dos serviços de medidas em meio aberto, conforme relato: “A escola foi desrespeitosa com os trabalhadores da medida socioeducativa, demonstrando falas hostis e preconceituosas. Recusaram-se a fazer a inscrição de vaga do adolescente. Fizeram uma inscrição que logo após foi cancelada, negando a inscrição do adolescente na rede escolar. Os técnicos de medida foram extremamente desrespeitados por 2 funcionárias da secretaria da escola, logo após quase 30 minutos de diálogo com a diretora sobre o que era a medida socioeducativa, a funcionária da secretaria que se recusou dizer o nome, foi grosseira chegando a gritar com a equipe se recusando fazer a inscrição verbalizando que não iria se responsabilizar.”



76 respostas indicaram alguma respostas sobre os órgãos que foram informados sobre a violência e se houve notícia de alguma providência. Há recorrência de notícias ao Conselho Tutelar, à direção da escola e às diretorias de ensino.

Consultando as Diretorias Regionais de Ensino das escolas em que há notícias de violência, percebe-se que o fenômeno é bastante difundido nas redes escolares. Há notícia de violência em várias DREs da capital de São Paulo e de diversas Diretorias de ensino do interior e região metropolitana, como Barretos, Bauru, Piracicaba, Santos, etc.

Entendemos que esses dados já nos permitem algumas conclusões:

- Boa parte das violências se concentram na rede estadual de ensino. Acredita-se que, em razão de concentrar os adolescentes mais velhos (a rede estadual é a responsável pelo Ensino Médio), devendo a Secretaria Estadual de Ensino ser provocada a produzir políticas públicas de acolhimento de adolescentes que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa.
- É preciso reforçar com direções, coordenadores e secretarias das unidades escolares que a educação é um direito e não podem ser criadas barreiras de acesso, especialmente baseadas no histórico infracional dos adolescentes ou em sua raça.
- É preciso que as secretarias de educação e as diretorias regionais de ensino tenham atenção especial com violências praticadas por direções, maiores violadores identificados no mapeamento. A direção é espaço que tem a possibilidade de impacto em toda a unidade escolar, em razão de sua função, e deveria servir como espaço de proteção de estudantes que eventualmente sofram violências de professores, outros trabalhadores ou estudantes.
- É preciso que haja um esforço especial para busca ativa de adolescentes evadidos do sistema de ensino, preocupado em garantir que os espaços educacionais não produzam novas violências e o adolescente se sinta confortável em retomar ao ensino regular.

Há que se ressaltar que os dados levantados apesar de importantes, são incompletos. Em primeiro lugar, não foi possível enviar o formulário para todos os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. O mapeamento também não atinge adolescentes que já cumpriram medidas socioeducativas em meio fechado e não passaram pelos serviços em meio aberto. Assim, as violências podem ser ainda maiores que as identificadas no mapeamento realizado pela Defensoria Pública.



### **3 – Violências recorrentes e dirigidas contra grupos específicas**

Um dado que entendemos importante destacar são as diretorias de ensino em que as respostas ao questionário indicavam que as violências eram recorrentes e dirigidas a grupos específicos ou a mais de um adolescente.

Com o dado, é possível identificar escolas e diretorias de ensino em que as violências são mais frequentes e merecem atenção específica, mapeando escolas e territórios em que os preconceitos contra adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa podem ser rotineiros.

Usando a função Filtrar no *Microsoft Excel*, marcamos a caixa de seleção “de forma recorrente” e desmarcamos a seleção “caso isolado” e identificamos 48 respostas de formulários.

As Diretorias de Ensino estaduais citadas foram as seguintes:

DREI CAMPO LIMPO

Diretoria de Ensino Leste 5

CENTRO SUL

LESTE 3

Diretoria de Ensino em Região Norte 1

CENTRO SUL - IPIRANGA

Sul 1

Norte 1

Leste 5 ,

Diretoria de Ensino Região Jaú

Diretoria de São João da Boa Vista

Diretoria de Ensino São Jose do Rio Preto

Sertãozinho

DER DE JOSÉ BONIFÁCIO (SP)

Diretoria de Ensino - Região de Mogi Mirim

Diretoria de Ensino - Região de Mogi Mirim

Diretoria de Ensino - Região Mogi Mirim

São João da Boa Vista

Diretoria Regional de Adamantina



Diretoria de Ensino de São Joaquim da  
Barra

Santos

DRE Diadema

Diretoria de Ensino de Guaratinguetá SP

São Roque

Botucatu

Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

D.E. SUL 1

Diretoria de Ensino de Bauru

Diretoria de Ensino - unidade Piracicaba

D.E. SUL 1

D.E. SUL 1

Diretoria de Ensino - Região Jaboticabal

Diretoria Regional de Jaboticabal/SP

Diretoria de Ensino - Região Jaboticabal

Itapetininga

Diretoria Regional de Barretos

BAURU - SP

José Bonifácio

Assis

As diretorias de ensino municipais citadas foram as seguintes:

Diretoria Regional de Educação - São Miguel

Diretoria de Ensino de Adamantina

Diretoria Regional de São José do Rio Preto- SP

Boa Esperança do Sul

São Roque

Unidade Limeira-SP

Ribeirão Preto





Especialmente, quando se tratava das escolas estaduais, nota-se que algumas diretorias de ensino são citadas mais de uma vez. Isso acontece em razão de existir mais de um serviço em meio aberto, especialmente na capital de São Paulo, respondendo os formulários e por existir, no interior, diretorias de ensino com mais de um município vinculados. Ademais, o preenchimento do formulário tinha como proposta a notícia de casos individuais.

Percebe-se a necessidade de uma incidência mais cuidadosa no território localizado na região SUL 1, citada em 4 respostas com os filtros acima apontados. Selecionando o filtro “de forma isolada”, surgem mais 3 formulários respondidos envolvendo violências nesse território. Há uma recorrência de notícias de desrespeito com os trabalhadores das medidas socioeducativas e de violências contra alunos e suas famílias no ato da matrícula na região.

#### **4 – Recorrência de notícias de casos que ocorreram de “forma isolada”**

Nas redes estaduais, os seguintes territórios foram os citados nas respostas “de forma isolada”:

Norte 2

Centro

Centro Sul

CENTRO SUL

LESTE 3

Sul2

Centro

D.E CENTRO

Diretoria de Ensino de Bauru

Diretoria de Ensino de Bragança Paulista

Pirassununga

diretoria regional de Pirassununga

Franca

Avare



Diretoria de Ensino região de Votuporanga

CAPIVARI SP

Diretoria de Ensino - Região Bauru

Sul 01

Diretoria Regional de Mogi Mirim

Diretoria Regional de Mogi Mirim

Diretoria de Ensino Região de São José do Rio Preto/SP

PIRAJU

Diretoria de Ensino de Apiai

D.E. SUL 1

D.E. SUL 1

Botucatu/SP

Mauá

Tupã

Diretoria de Ensino Regional Ribeirão Preto

As municipais citadas são as seguintes:

LESTE 3

DRE São Miguel Paulista

Brasilândia

DRE Pirituba/Jaragua

REGIONAL DE CAPIVARI

DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO  
PIRITUBA/JARAGUA

Analândia

MOGI MIRIM

DIRETORIA DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA

Piracicaba/SP



Além da já citada região Sul 2, nota-se que algumas regiões, como as do centro da capital, são recorrentemente citadas nas respostas. Ainda, alguns territórios em que o respondente apontou que a violência era “isolada” também figuram em outras respostas como “recorrente”, como é o caso da diretoria regional de Ribeirão Preto, Leste 3 e Bauru.

Dessa forma, compreendemos que, para além das providências sugeridas no item 2, é importante que as diretorias de ensino recorrentemente citadas nas respostas sejam diretamente provocadas, por meio de ofício, questionando os seguintes pontos:

- Se há mapeamento local dos alunos que cumprem ou são egressos do sistema socioeducativo.
- Se há mapeamento da frequência e evasão escolar de adolescentes em cumprimento ou egressos do sistema socioeducativo na região.
- Se existe política de acolhimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou são egressos do sistema, com garantia de matrícula em escola mais próxima a sua residência e canal adequado para denunciar violências sofridas.

## **PARTE 2 – DAS RESPOSTAS DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO**

### **1 – Dos questionamentos às Diretorias Regionais de Ensino**

Buscando compreender o acolhimento a adolescentes egressos e em cumprimento de medida socioeducativa nas escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, foram oficiadas as Diretorias de Ensino da rede estadual citadas nos formulários aplicados aos serviços de cumprimento de socioeducativa em meio aberto. Ao todo foram expedidos 23 ofícios, encaminhados no mês de maio de 2024, dirigidos às seguintes DREs:

- Adamantina



- Assis
- Barretos
- Bauru
- Botucatu
- Centro Sul
- Diadema
- Guaratinguetá
- Jaboticabal
- Jaú
- José Bonifácio
- Leste 3
- Leste 5
- Mogi Mirim
- Norte 1
- Piracicaba
- Ribeirão Preto
- Santos
- São João da Boa Vista
- São Joaquim da Barra
- São José do Rio Preto
- São Roque
- Sul 1

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1 – Há mapeamento dos alunos que cumprem medidas socioeducativas ou são egressos do sistema?

2 – Se há mapeamento da frequência ou evasão escolar desse grupo na região?

3 – Há política de acolhimento, com garantia de matrícula?



#### 4 – Existe canal para denúncias das violências sofridas?

Os ofícios faziam menção ao nome das escolas citadas e se as violências relatadas no formulário eram constantes ou tidas como fato isolado. Apesar da clara indicação de que não se buscava investigar os casos narrados, mas compreender a dinâmica de proteção aos estudantes na região, muitas Diretorias encaminharam o questionário para as escolas citadas e devolveram com as manifestações destas, sem uma reflexão mais aprofundada sobre o tema.

## **2 – Sobre o mapeamento dos alunos que cumprem medida socioeducativa em meio aberto ou são egressos do sistema socioeducativo**

Com base na diversidade de respostas das Diretorias de Ensino, percebeu-se que não existe uma diretriz específica para acompanhar adolescentes egressos e em cumprimento de medida socioeducativa, o que dificulta a produção de dados sobre esse grupo em específico.

Algumas Diretorias apontaram que esse controle é realizado diretamente pelas unidades escolares. É o caso da DRE de Barretos, Álvaro de Souza, São José do Rio Preto e Diadema.

Outras Diretorias de Ensino, como a de Santos, Assis e Botucatu apontaram que não realizam qualquer monitoramento, não ficando claro se as unidades escolares o fazem. Chama a atenção a resposta da Diretoria de Assis que entendeu necessário indicar que não há “rotulação e discriminação” entre os alunos.

Jaboticabal e Adamantina relataram ter realizado levantamento, mas não ficou claro se era uma prática comum da Diretoria ou se o fizeram em razão do ofício da Defensoria Pública. Chama a atenção positivamente os dados apresentados pela Diretoria de Jaboticabal.

A Diretoria conseguiu identificar os alunos que estavam matriculados e frequentando as aulas normalmente, os que foram transferidos para a Fundação Casa em razão de nova internação, os evadidos, além de apontar série e idade de cada um, demonstrando que é possível realizar um mapeamento preciso dos estudantes egressos ou em cumprimento de medida socioeducativa.

As Diretorias de Ensino Leste 5, Norte 1 e São Roque apontaram que fazem um mapeamento regular dos alunos em cumprimento de medida socioeducativa ou egressos. São



Roque, inclusive, aponta que encaminha formulário mensalmente a todas as unidades escolares, que também envolve o tema.

Por fim, algumas Diretorias e escolas apontaram que o mapeamento é feito, mesmo que informalmente, quando há o contato do CRAS ou CREAS com a unidade escolar.

### **3 – Mapeamento da frequência e evasão escolar dos alunos em cumprimento de medida socioeducativa**

As respostas, com poucas variações, sobre a evasão e frequência escolar, apontam que o controle é realizado sem distinção das características do aluno, através de plataforma própria da Secretaria, regulada pela Resolução 39/2023 da Secretaria Estadual de Educação, que estabeleceu procedimento de prevenção à evasão e “Busca Ativa” de alunos da rede estadual.

Destaque positivo para a Diretoria de São Roque, que indicou usar a plataforma da SEDUC, mas também realizar visitas *in loco* nas unidades escolares, além do controle via formulário próprio.

A DRE de Adamantina aponta que faz esse controle a requerimento do Ministério Público.

Por fim, causa bastante preocupação a resposta da Diretoria de Bauru que indicou que os alunos em cumprimento de internação participam de todas as atividades, mas “quanto aos que estão em semiliberdade ou mesmo egressos, conforme dispõe o art. 129 do ECA, compete aos pais ou responsáveis legais zelar pela frequência e aproveitamento escolar de seus filhos. Os estabelecimentos de ensino, por sua vez, possuem a incumbência de informar aos pais ou responsáveis legais sobre a frequência dos alunos. Os casos de evasão são encaminhados ao Conselho Tutelar da Região, a fim de que esse órgão adote as tratativas no âmbito de suas competências administrativas”.

A Diretoria em questão aponta sequer acompanhar as normativas da própria secretaria a que está vinculada, apresentando uma interpretação completamente equivocada do Estatuto da Criança e Adolescente, ignorando o papel fundamental da escola no desenvolvimento dos adolescentes.

### **4 – Sobre a política de acolhimento de alunos egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medida em meio aberto**



As respostas sobre acolhimento de adolescentes em cumprimento de medida ou egressos do sistema socioeducativo são semelhantes entre a maioria das Diretorias, que apontam um tratamento igualitário entre todos os alunos, algumas fazendo menção ao acionamento do CONVIVA, quando necessário, e o apoio dos grêmios estudantis.

A Diretoria de Diadema ainda que não faça destaque para os alunos ligados ao sistema socioeducativo, aponta ainda a interlocução das escolas com os serviços de assistência social, quando necessário.

A Diretoria de Barretos indica que, nas formações internas, é reforçada a necessidade de um olhar mais cuidadoso para alunos em cumprimento de medida ou egressos do sistema socioeducativo, apesar de não existir uma política específica de acolhimento.

A Diretoria de Assis apontou que há uma interlocução entre os coordenadores das unidades escolares e os técnicos das medidas socioeducativas.

Percebe-se, pelas respostas das Diretorias, que, apesar das violências citadas pelos técnicos dos serviços de medidas socioeducativas, a gestão da educação no estado de São Paulo não entende como necessárias medidas específicas para adolescentes em cumprimento de medida ou egressos do sistema socioeducativo.

Uma hipótese que aventamos para justificar essa postura vem da análise de quem são os violadores, indicados nos formulários encaminhados à Defensoria Pública. Muitas vezes, as violências são praticadas pela própria escola, sejam funcionários administrativos, professores ou gestores.

#### **45– Dos canais de denúncia**

Quando questionadas sobre os canais de denúncia para famílias e estudantes que sofrem violências em razão especialmente por estar inserido no sistema socioeducativo ou ser egresso, as respostas também foram bastante uniformes.

São apontados e-mails e telefones das Diretorias, além dos representantes do CONVIVA na escolas, especialmente os vice-diretores. Os psicólogos das Diretorias também são citados como um possível canal de denúncia. A Diretoria de Adamantina pontuou que faz escuta ativa de alunos e responsáveis legais, buscando conhecer a realidade das escolas. A Diretoria Leste 5 cita os grêmios estudantis e a comissão gremista de direitos humanos. São Roque indicou que, através do CONVIVA, faz escuta ativa mensal nas escolas.



### **PARTE 3 – DAS RODAS DE CONVERSA**

Como última fase da investigação sobre as situações envolvendo preconceito de adolescentes que cumpriram ou cumprem medida socioeducativa no ambiente escolar, realizamos três rodas de conversas com adolescentes em cumprimento de medida em meio fechado e aberto.

A primeira roda de conversa foi realizada no dia 18 de março de 2025, com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto na comarca de Barretos-SP. Foi selecionada essa comarca pela facilidade de contato com o serviço, executado diretamente pelo CREAS daquele município, e por existir notícias de violências nos formulários preenchidos na primeira fase. Como nessa roda, houve a participação dos técnicos do CREAS e por ter um adolescente com grande capacidade de oratória, foram sistematizados dados muito valiosos sobre situações de violência vividas nas escolas estaduais do município.

A segunda roda de conversa foi realizada em 10 de julho de 2025, com 10 adolescentes em cumprimento medida socioeducativa de internação na unidade da Fundação Casa de Franca. O local foi selecionado para que pudéssemos ouvir também adolescentes internados. A unidade de Franca foi escolhida em razão do relacionamento anterior com a direção. Como esperado, o diálogo naquele ambiente foi mais truncado, já que o único interlocutor com os adolescentes foi o defensor público e por ser um espaço de privação de liberdade. Ressalte-se que os adolescentes nessa roda eram de diferentes cidades da região e não apenas daquela cidade.

A terceira roda de conversa foi realizada em 31 de julho de 2025, na capital de São Paulo, em um serviço de cumprimento de medida em meio aberto na periferia da cidade. Inicialmente, apenas um adolescente, dentre os convidados pela equipe técnica, compareceu para a atividade. Entretanto, foram convidados outros três adolescentes que compareceram ao serviço por outras razões. Nessa atividade, os técnicos do serviço também apoiaram a atividade. Ainda, alguns dos adolescentes estavam acompanhados de seus pais na data e eles opinaram sobre alguns temas ao final.

Inicialmente foram programadas as seguintes questões para os adolescentes se manifestarem, de forma semidirigida:

- O que é a escola para você?
- Você já teve dificuldade em se matricular em alguma escola?
- Você já sofreu preconceito nas escolas de outros alunos, professores, direção, outros funcionários?
- Você já desistiu de ir à escola em algum momento ou quis desistir? Por quê? E por que voltou ou não evadiu?





- Se você fosse o governador do estado, quais medidas tomaria para garantir que alunos que já cumpriram medida socioeducativa, aberta ou no fechado, permanecessem nas escolas?

Entretanto, em todas as rodas de conversa foram necessárias adaptações, para estimular uma participação maior dos adolescentes, de acordo com as interações e a realidade de cada território.

Quando questionados sobre o que era escola, em geral, as respostas apontavam como um espaço de aprendizado, para conquistar conhecimento. Essas respostas, no entanto, eram apresentadas de forma mecânica. Especialmente nas rodas em Franca e na Capital, os adolescentes repetiam, com alguma variação, as respostas dos demais.

Em Barretos, inicialmente, os adolescentes não apresentavam muitas falas sobre o conceito de escola. Foram provocados, assim, a indicar o que gostavam e o que não gostavam no ambiente escolar e acabaram por apresentar um ambiente de pouco acolhimento. Um dos participantes da roda, apontou que “Parece que o bagulho sufoca quando tá lá dentro.”

Apontavam com alegria da lembrança das aulas de educação física, as atividades esportivas interclasses e de passeios escolares, especialmente da época em que cursavam os primeiros anos do ensino fundamental.

Foram variados os relatos de preconceito no ambiente escolar, já nessa primeira provocação. Alguns indicavam que sentiam que eram observados de forma diferente por professores, quando a comunidade escolar sabia que tinham antecedentes infracionais. Outros reclamavam das constantes acusações que sofriam, sem lastro na realidade, de serem autores de furtos e outros tipos de atos infracionais. Também reclamavam bastante do constante acionamento do conselho tutelar para enfrentar qualquer tipo de conflito.

Especialmente nas rodas de conversa em Franca e em Barretos, percebeu-se que não há uma política efetiva de enfrentamento à evasão escolar desses adolescentes. Em Barretos, apenas dois dos 11 adolescentes que participaram da atividade frequentavam regularmente a escola. Em Franca, muitos relataram que estavam evadidos antes da internação. Um deles, que cumpria uma segunda medida de internação, apontou que apenas frequentou a escola por dois dias.

Quando questionados se tiveram dificuldades em se matricular em alguma escola, em Barretos foram relatadas por vários adolescentes barreiras. Um dos adolescentes denunciou, inclusive, que estava evadido porque os servidores da escola que procurou apontaram que ele



deveria esperar para realizar a Educação de Jovens e Adultos: “teve época que fiquei sem estudar. Tinha lugar que tinha vaga e falaram para minha coroa para eu fazer o CEEJA”.

Um dos adolescentes indicou que apenas seria deferida sua matrícula, após ter uma “conversa com o diretor”. Outro indicou que havia escolas que não o aceitavam. Que na cidade, uma das escolas da rede era conhecida por acolher os adolescentes com antecedentes. Diz ter ouvido que: “Seu lugar é na escola P.”

Em Franca, também houve relatos de pessoas com dificuldades de conseguir vaga, além de dificuldades de se manter em uma escola. Relatando seus próprios comportamentos desafiadores, os adolescentes indicavam que sofriam frequentemente a sanção de expulsão e nunca se vinculavam a uma instituição.

Na capital, o mais velho dos que participavam da roda, indicou que teve também dificuldades em se matricular. Quando questionado se a dificuldade era em razão de uma falta generalizada de vagas ou por preconceito, respondeu que acreditava acontecer as duas coisas. Havia dificuldades em localizar escolas na sua região com vagas, mas também percebera que alguns lugares, apesar de ter recebido a negativa em razão de uma suposta falta de vagas, viu outras pessoas conseguindo se matricular no mesmo período.

Questionados sobre situações de preconceito, os adolescentes em Barretos apresentaram vários episódios. Em Franca e em São Paulo, as perguntas foram respondidas negativamente, mas notícias como a dificuldade em se matricular e situações envolvendo o desligamento compulsório da unidade escolar mostram que talvez essas situações ocorressem também. Ressalte-se que em São Paulo, boa parte dos participantes estava iniciando o cumprimento de medidas socioeducativas.

Ficou marcante em Barretos que os adolescentes pontuavam que as situações de preconceito aconteciam principalmente considerando seu território. Algumas regiões da cidade, mais periféricas, são conhecidas no sistema de justiça e pela sociedade em geral por serem palco de situações violentas ou um fluxo maior de tráfico de drogas e alunos dessas regiões eram taxados como problemáticos pela comunidade escolar.

Chamava a atenção que alguns discursos citavam que alguns alunos eram acompanhados pelos pais, supostamente com uma situação socioeconômica mais estável, os encaravam de forma diferente e preconceituosa: “os outros moleque, que chega com o papai, que trata nós diferente. To falando de questão social. Achou eu estranho”

Um dos adolescentes de Barretos citou um episódio que lhe marcou. Conta que, certa vez, após uma situação de dano ao patrimônio na escola, o diretor teria passado em todas as salas



de aula comentando do ocorrido e apenas na dele teria feito o alerta sobre a possibilidade de responder por ato infracional:

justamente na minha sala, ele chegou e falou que qualquer dano ao patrimônio escolar, vai dar fórum, vai dar 17. E principalmente para quem tá de LA, com a voz aumenta. E se todo mundo soubesse que eu assinava carteirinha? Será que ele falou só na minha sala. Ele não falou nada nas outras salas sobre isso. É tiração com minha cara mesmo”

Como resposta, os adolescentes indicavam que viam como alternativa a violência, mediada de acordo com o poder e autoridade do interlocutor. Um dos participantes da atividade em Barretos apontou que se o preconceito partia de outro aluno, um igual, “partia para a cadeirada”, se fosse um professor, “xingava tudo”.

Outra consequência era o desânimo e a evasão escolar: “dá vontade de nem ir mais para a escola”; “tem muita coisa que os diretor e os cara de instituição faz, que desanima”

Quando questionados sobre lembranças ruins da escola, na busca por identificar situações de preconceito vividos pelos adolescentes na roda de conversa em Franca, também se identificou uma relação de violência entre os adolescentes e a escola, que culminava na evasão escolar.

Um dos adolescentes indicou que já teria provocado um pequeno incêndio na escola e por isso, foi desligado da instituição de ensino. Outro apontou que já teria furtado uma das escolas em que frequentou. Esse último relatou que a direção teria indicado que ele não era mais bem vindo naquele espaço.

Eram constantes também os relatos dos adolescentes na roda de conversa em Franca de acionamento da polícia militar para resolver conflitos internos. 9 dos 10 adolescentes que participaram da atividade relataram que essa situação teria acontecido com eles.

Mesmo com as situações conflituosas, no entanto, os adolescentes na roda de conversa em Franca conseguiam relatar boas lembranças do ambiente escolar, mas muitas vezes relacionados a períodos em que eram mais jovens. Ficou marcado para um deles a lembrança de uma professora que segurava em sua mão para lhe ensinar a escrever.

Questionados sobre as razões da evasão e o que os impede de voltar ou não, os adolescentes de Barretos indicaram certa desconexão com a escola. Apontaram como um lugar de preconceito, desinteressante e cansativo. Em Franca, os adolescentes reclamaram da falta de vagas no período noturno, que permitisse que exercesse algum trabalho remunerado enquanto permaneciam estudando.



Em São Paulo, a dificuldade em conseguir vaga também surgiu no discurso dos adolescentes como motivo para se desligar da educação formal. Foi citada também a dificuldade em conciliar a rotina estafante do trabalho e os estudos. Um dos participantes apontou que tinha retomado os estudos, apontando que estava mais maduro e que conseguia perceber a importância de uma formação para se desenvolver.

Questionados sobre quais as ações tomariam para melhorar a escola caso tivessem poder para tal (“fossem governadores do estado”), as respostas em Barretos foram focadas na convivência escolar.

Apontaram a necessidade em incluir melhor os alunos de áreas periféricas, aumentar o número de psicólogos e mais espaços para diálogo. Foram repetidas as menções aos professores, tanto em relação à formação, quanto à capacidade em lidar com conflitos. Para alguns, no entanto, a situação era irreversível e propunham até mesmo que as escolas fossem fechadas.

Em Franca, questões mais estruturais foram citadas. Especialmente no que concerne à distância das escolas e à falta de vagas. Reclamaram computadores melhores, investimento no esporte e em condições materiais para frequentar a escola, como programas de renda e transporte escolar gratuito.

Em São Paulo, uma das grandes reclamações dos adolescentes foi como a infraestrutura escolar tem se tornado cada vez mais semelhante a instituições de privação de liberdade. Segundo um dos adolescentes, “o CEU parece a Febem”. Também reclamaram por qualificação dos professores, mais atividades externas (“passeios”), mais laboratórios e melhor qualidade na alimentação.

Os adolescentes na capital ainda apontaram que havia muitos episódios de violência nas unidades escolares em que frequentavam, especialmente no fim do turno escolar, mas também durante as aulas.

Em Barretos e em São Paulo, os adolescentes foram instados a responderem o que pretendiam ser no futuro. Em Barretos, as respostas foram variadas, como “ser feliz”, “ser influenciador digital”, “se formar”, “ser patrão”, “ter carro e moto”.

Em São Paulo, para estimular as respostas, os adolescentes foram instados a responder “onde se viam daqui cinco anos”. Chama a atenção que dois deles tinham como resposta “sair daqui”, deixar seu território, uma comunidade bastante empobrecida. Também foram frequentes respostas do tipo “ter uma condição financeira melhor” e “ajudar a família”. Alguns apontavam a vontade de exercer profissões no sistema de justiça, como a advocacia e magistrado. Chocante, no entanto, que um deles apontou que “queria estar vivo”, lembrando o



quanto a vida é frágil para quem vive em territórios periféricos e é egresso do sistema socioeducativo.

Não existia a intenção de participação dos pais dos adolescentes nas atividades, mas em São Paulo muitos estavam acompanhados de seus familiares e no final da atividade alguns estavam com seus filhos e participaram da conversa. Eles apontaram que sentiam que a escola, e os professores em especial, não tinham “paciência” com os filhos. Um deles relatou que, em pouco mais de uma hora no turno escolar, a escola já exigia sua presença para buscar o adolescente, ante algum conflito. Apontavam também a necessidade de diálogo entre a escola, especialmente os professores e os alunos.

Reclamaram também de como a escola não parecia ser interessante para os alunos como era em seu tempo. Indicavam que não testemunhavam atividades mais lúdicas, atividades externas, etc. Também pontuaram que não concordavam com castigos que implicassem na proibição de participação em atividades como os “passeios” e sentiam seus filhos discriminados – “ele é o mal”.

## **5 – Conclusões**

Como já apontamos, o mapeamento, apesar de suas limitações, demonstrou que situações envolvendo preconceito em ambiente escolar contra adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa são frequentes e podem ser encontrados em todo o estado, em redes estaduais e municipais.

A análise das respostas das Diretorias de Ensino aponta que não existe uma percepção de que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou egressos do sistema socioeducativo necessitem de atenção específica para prevenir evasão escolar ou prevenir violências contra esse grupo.

Por sua vez, as rodas de conversa com os adolescentes apontaram que a evasão escolar é uma realidade para os adolescentes que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas. No diálogo com os adolescentes, não surgiu em nenhum momento alguma referência a ações das escolas para retomar a educação formal, apesar de uma boa parte dos ouvidos estarem fora do sistema, pelo contrário, há escolas que negavam vagas e outras que estimulavam que os adolescentes/jovens esperassem para se matricular no EJA.

Por outro lado, os discursos citaram escolas marcadamente violentas para esses estudantes e de suas comunidades. A perspectiva do diálogo para solução de conflitos entre escola



e alunos é praticamente inexistente no discurso dos adolescentes. Ademais, as instituições escolares estaduais, em especial, são vistas como pouco acolhedoras.

Samantha Bernardo Teixeira e Maurício Perondi (2024) dão exemplos das dificuldades que adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas tinham para se manter no ambiente escolar, especialmente em razão de preconceito sofrido por colegas, professores e outros funcionários da escola. Eles explicam que:

Estar o tempo todo à mercê de situações discriminatórias gera o sentimento de desconfiança a todo local que frequentam. Passam a ser normalizados os episódios de discriminação, enquanto situações onde são tratados com respeito e acolhimento, trazem o sentimento de estranheza, como o relatado por Carmem Craidy e Golçalves (2005). (TEIXEIRA e PERONDI, 2024, p. 15)<sup>2</sup>

Como conclusão, os autores apontam que apesar de não existir uma única causa para a evasão escolar de jovens que cumprem medida socioeducativa, as relações dentro da escola são, frequentemente, um fator que impede que muitos adolescentes não conclusão sua escolarização. (Teixeira e Perondi, 2024, p. 19).

Jéssica Sanches (2016, p. ) chega a classificar a permanência do adolescente que cumpriu medida socioeducativa no ambiente escolar como resistência, tamanhos são os percalços, intra e extra escolares, que envolvem o adolescente:

Podemos concluir que os adolescentes que saíram da medida socioeducativa de internação enfrentam muitos percalços para retornar à escola da comunidade. Entre esses adolescentes os números de evasão e distorção de idade/série são muito altos e além desta dificuldade, os que persistem precisam lidar cotidianamente com o preconceito presente. Considerando estas questões, os adolescentes em medida socioeducativa que conseguem sair da Fundação CASA, retornar e permanecer na escola da comunidade cumpre um papel essencial de resistência, mostrando visibilidade para a comunidade escolar, representando muitos outros que já perderam as forças. <sup>3</sup>

Assim, a falta de dados e de estratégias de acolhimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é extremamente preocupante. Assim, reiteramos a

---

<sup>2</sup> O texto completo pode ser acessado pelo link <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2426/1654>

<sup>3</sup> A dissertação completa está disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/f91b03d2-9695-4c9a-8e58-29b244b95f15/download>



necessidade de políticas públicas que tratem da questão, já citadas quando analisamos os dados extraídos a partir do mapeamento junto aos serviços de cumprimento de medida em meio aberto.

Barretos, 21 de agosto de 2025

Gustavo Samuel da Silva Santos

Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude

Gabriele Estábile Bezerra

Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude

Ligia Mafei Guidi

Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude